



# Demonstrações financeiras

**Amapari Energia S.A.**  
31 de dezembro de 2021 e de 2020  
com relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Conselheiros da

### Amapari Energia S.A.

Brasília - Distrito Federal

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amapari Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amapari Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase - Descontinuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Administração decidiu descontinuar a Companhia. Desde então, os gastos e as despesas ordinárias vem sendo honrados com recursos próprios. As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não esta modificada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer  
Contador CRC RJ-109093/O-5

# Demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial.....	3
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	7
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	8

## **01** Contexto operacional \_ 08

## **02** Apresentações das demonstrações financeiras \_08

## **03** Resumo das principais práticas contábeis \_ 09

## **04** Estimativas e julgamentos contábeis críticos \_ 09

## **05** Caixa e equivalentes de caixa \_ 10

## **06** Títulos e valores mobiliários \_ 10

## **07** Impostos a recuperar e diferidos \_ 10

## **08** Partes relacionadas \_11

## **09** Fornecedores \_ 12

## **10** Impostos e contribuições a recolher \_ 13

## **11** Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos \_ 13

### **12** Provisão para contingências \_ 15

### **13** Passivo a descoberto \_ 16

### **14** Custos e despesas por natureza \_ 17

### **15** Resultado financeiro \_ 17

## Balanco Patrimonial

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.111	9.697
Títulos e valores mobiliários	6	39.150	51.378
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	7	1.797	1.477
Outros impostos a recuperar		139	-
Adiantamentos diversos		452	176
Operações comerciais com partes relacionadas	8	2	2
Outros		3	31
<b>Total do ativo</b>		<b>63.654</b>	<b>62.761</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	2.163	1.495
Outros impostos a recolher	10	21	20
Obrigações sociais e trabalhistas		16	25
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		1.832	1.775
Operações comerciais com partes relacionadas	8	540	536
Provisão para contingências	12	68.932	64.307
<b>Total do passivo</b>		<b>73.504</b>	<b>68.158</b>
<b>Passivo a descoberto</b>			
Capital social	13	112.361	112.361
Reserva de incentivo fiscal		6.529	6.529
Prejuízos acumulados		(128.740)	(124.287)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(9.850)</b>	<b>(5.397)</b>
<b>Total do passivo e do passivo a descoberto</b>		<b>63.654</b>	<b>62.761</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	14	(2.266)	(2.298)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(121)	(275)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>(2.387)</b>	<b>(2.573)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	15	2.746	1.425
Despesas financeiras	15	(4.812)	(96)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(4.453)</b>	<b>(1.244)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		-	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(4.453)</b>	<b>(1.244)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(4.453)	(1.244)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>(4.453)</u>	<u>(1.244)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social Integralizado	Reserva de incentivo fiscal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2019	112.361	6.529	(123.043)	(4.153)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.244)	(1.244)
Saldo em 31 de dezembro 2020	112.361	6.529	(124.287)	(5.397)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(4.453)	(4.453)
Saldo em 31 de dezembro 2021	112.361	6.529	(128.740)	(9.850)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	(4.453)	(1.244)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Provisão para participação nos resultados	-	29
Provisão para serviços compartilhados	-	214
Atualização monetária de contingência	4.625	-
Rendimentos de aplicações (TVM)	(1.723)	(1.384)
	<b>(1.551)</b>	<b>(2.385)</b>
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Adiantamentos diversos	(276)	(176)
Impostos a recuperar	(459)	(206)
Outros impostos a recolher	41	(169)
Fornecedores	668	(1.344)
Provisões e encargos trabalhistas	(9)	(307)
Operações comerciais com partes relacionadas	4	(735)
Provisão para desmobilização	-	(839)
Recebimentos antecipados - CCC	-	20.216
Outros ativos e passivos	85	436
	<b>193</b>	<b>14.491</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(40)	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais</b>	<b>(1.537)</b>	<b>14.491</b>
<b>Fluxo caixa das atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários	13.951	(22.721)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) nas atividades de investimentos</b>	<b>13.951</b>	<b>(22.721)</b>
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.414</b>	<b>(8.230)</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	9.697	17.927
No fim do exercício	22.111	9.697
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.414</b>	<b>(8.230)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Amapari Energia S.A (“Companhia” ou “Amapari”) foi constituída em 12 de abril de 2007, através de parceria entre Eneva S.A e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte, com participações em seu capital social de 51% e 49%, respectivamente. A Companhia tem como objeto a implantação e exploração de Usina Termelétrica (“UTE”) a óleo diesel, construída no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá concedeu à Companhia, em 6 de maio de 2008, Licença de Operação, que foi renovada no dia 25 de março de 2013, através da Licença de Operação nº 0172/2013, com vigência de 3 anos.

Por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL concedeu autorização para a Amapari estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), com capacidade instalada inicial de 23MW pelo prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada passando para 21,6 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.751, de 14 de outubro de 2008.

Em 10 de junho de 2008, a Companhia foi autorizada, por intermédio do Despacho nº 2.197, de 9 de junho de 2008 da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (“SFG”), a iniciar a geração de energia em base de teste.

Por intermédio do Despacho nº 4.143, de 7 de novembro de 2008, a Companhia foi autorizada a iniciar suas operações comerciais. A energia gerada era vendida, exclusivamente, à Zamin Amapá Mineração S.A, maior mineradora instalada no Estado do Amapá, com prazo de até 31 de dezembro de 2015, conforme contrato estabelecido pelas partes. No entanto, devido à inadimplência ocasionada pelo agravamento da situação econômico-financeira do cliente, o contrato foi rescindido em 21 de novembro de 2014.

### 2. Base de elaboração e apresentações das demonstrações financeiras

#### Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota nº 3 – “Resumo das principais práticas contábeis”.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota nº 4 – “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2022.

### Descontinuidade operacional

A Administração pesou esforço para obter uma nova possibilidade de auferir resultados através da comercialização de energia, as alternativas mostraram-se infrutíferas, determinando a decisão pela Administração de descontinuidade da Companhia. Por isso, a companhia realizou a desmobilização da usina. Portanto essas demonstrações financeiras não estão sendo elaboradas com base no pressuposto de continuidade das operações, mas com a perspectiva de liquidação da entidade com a realização dos ativos e liquidação dos passivos, que continuam a ser reconhecidos conforme as normas aplicáveis e práticas contábeis aqui descritas.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a inerentes ao processo de sua determinação.

### 4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Nota explicativa nº 12 – “Provisão para contingências” - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

### Prática contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

	2021	2020
Fundo de Investimento (a)	22.111	9.697
	<b>22.111</b>	<b>9.697</b>

(a) Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária à uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras:

A Administração utiliza seus títulos para gestão de caixa, visando atender compromissos de curto prazo.

## 6. Títulos e valores mobiliários

	2021	2020
Fundo de investimento (a)	39.150	51.378
	<b>39.150</b>	<b>51.378</b>

(a) Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2022 e 2027, com liquidez diária, e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor.

## 7. Impostos a recuperar e diferidos

### Prática contábil

O encargo de IRPJ e a CSLL corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

### Impostos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2021	2020
Imposto de Renda - IR	1.674	1.251
Contribuição Social - CSLL	123	226
	<b>1.797</b>	<b>1.477</b>

## AMAPARI ENERGIA S.A.

Os impostos a recuperar de IRPJ e CSLL em caso de não utilização total para compensação de outros tributos federais (ex. PIS e Cofins sobre rendimentos financeiros), serão ressarcidos mediante aos pedidos de restituição já realizados e que se encontram em análise pela Receita Federal Brasileira.

### Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, devido ao cenário mencionado na Nota 2, onde a Companhia não tem expectativas de obter lucros futuros, por conta da descontinuidade das operações, a companhia não realiza registro de tributos diferidos, uma vez que para realizar tal registro é necessário ter expectativa de recuperabilidade, fato que não ocorre pelos motivos citados.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	2021	2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	(4.453)	(1.244)
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	<b>1.514</b>	<b>423</b>
Ativo fiscal não constituído	(1.514)	(423)
Redução Benefício PAT	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	<b>(1.514)</b>	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%

## 8. Partes relacionadas

### Prática contábil

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Amapari com outras empresas da companhia Eneva e profissionais-chaves da Administração, foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes.

### Acionistas

A Companhia possui como controladora a Eneva S.A. e como acionista não controlador a Centrais Elétricas Norte do Brasil S.A. - Eletronorte.

### Empresas ligadas

A Companhia possui saldos de ativo, passivos com partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, caracterizados por repasse de custos administrativos e financeiros que estão representados da seguinte forma:

## AMAPARI ENERGIA S.A.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Operações comerciais</b>						
ENEVA S.A.	-	2	400	536	228	214
Eneva Participações S.A	-	-	140	-	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	2	-	-	-	-	-
	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>540</u>	<u>536</u>	<u>228</u>	<u>214</u>

### Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos. Portanto, durante os exercícios de 2021 e 2020, a remuneração do pessoal chave da administração da Companhia foi realizada diretamente por seus acionistas.

## 9. Fornecedores

### Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	2021	2020
Fornecedores relacionados à gastos com manutenção do escritório e desmobilização da usina	2.163	1.495
	<u>2.163</u>	<u>1.495</u>

## 10. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
PIS, COFINS e IOF	21	5
Outros	-	15
	<u>21</u>	<u>20</u>

## 11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

### Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados

como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

### Classificação e mensuração

Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2021				2020			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalente de caixa	22.111	-	-	22.111	9.697	-	-	9.697
Títulos e valores mobiliários	-	-	39.150	39.150	-	-	51.378	51.378
Operações comerciais com partes relacionadas	2	-	-	2	2	-	-	2
	<b>22.113</b>		<b>39.150</b>	<b>61.263</b>	<b>9.699</b>		<b>51.378</b>	<b>61.077</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores	2.163	-	-	2.163	1.495	-	-	1.495
Operações comerciais com partes relacionadas	540	-	-	540	536	-	-	536
	<b>2.703</b>			<b>2.703</b>	<b>2.031</b>			<b>2.031</b>

### Estimativa do valor justo

	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	39.150	-	39.150	-	51.378	-	51.378
	-	<b>39.150</b>	-	<b>39.150</b>	-	<b>51.378</b>	-	<b>51.378</b>

## 11.1 Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	2021			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
<b>Passivos</b>				
Fornecedores		2.163	-	2.163
Operações comerciais com partes relacionadas		-	540	540
	<b>2.163</b>	<b>540</b>		<b>2.703</b>
<b>2020</b>				
<b>Passivos</b>				
Fornecedores		1.495	-	1.495
Operações comerciais com partes relacionadas		-	536	536
	<b>1.495</b>	<b>536</b>		<b>2.031</b>

## 12. Provisão para contingências

### Prática contábil

## AMAPARI ENERGIA S.A.

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentado abaixo:

	2020			2021	
	Saldo acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo acumulado
Cível (a)	64.307	-	-	4.625	68.932
<b>Total das Provisões</b>	<b>64.307</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.625</b>	<b>68.932</b>

### (a) Risco cível

O risco cível é substancialmente composto por:

Ação ordinária ajuizada pela Amapari no valor de R\$ 44.091, com pedido de tutela antecipada, para que seja enquadrada no mecanismo de ressarcimento de custo de combustíveis da CCC-ISOL. Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto por Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando à empresa a utilização do mecanismo de ressarcimento do custo de combustíveis instituído pela Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado — CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido por Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009.

Em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou, no curso de 2019, o pagamento do reembolso pleiteado por Amapari. Contra o referido acórdão, a ANEEL interpôs recurso, ainda pendente de julgamento, de modo que foi realizado o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada.

Em 2019, a Amapari iniciou execução provisória, em primeira instância, do acórdão favorável para cobrar da ANEEL os juros que não haviam sido pagos por ocasião do recebimento do valor principal da CCC-ISOL. A decisão de primeira instância, corroborada por decisão do TRF da 1ª Região, reconheceu o direito de Amapari ao recebimento dos juros e obrigou a ANEEL a pagá-los. Desta forma, em abril de 2020, Amapari recebeu, a título de juros, o valor de R\$ 20.216. Aguarda-se análise de impugnação da CCEE, gestora dos recursos da CCC, acerca de divergência de cálculos. Da mesma forma como ocorreu com o valor principal, considerando a discussão judicial em curso acerca do recebimento dos recursos, também foi realizado o provisionamento contábil como passivo do montante recebido de forma antecipada.

Não há nenhum tipo de causa possível relevante relacionada a companhia durante o período das demonstrações financeiras apresentadas.

## 13. Passivo a descoberto

### 13.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Amapari Energia S.A corresponde a R\$ 112.361, sendo composto por 112.361.451 ações ordinárias, assim distribuídas:

	2021		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Eneva S.A.	57.304.340	51%	57.304.340	51%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	55.057.111	49%	55.057.111	49%
<b>Total</b>	<b>112.361.451</b>	<b>100%</b>	<b>112.361.451</b>	<b>100%</b>

### 13.2 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia, em 21 de dezembro de 2010, foi enquadrada através do laudo nº 078/2010, no incentivo fiscal regional da área da SUDAM, fundamentado no artigo 1º da medida provisória nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005; Decreto nº 4.212/2002 e alterações posteriores conforme os Art. 5º e 13º do Regulamento de Incentivo Fiscais administrados pela SUDAM – RIFAS, aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 20/2010.

Com isso, a Companhia passou a ter direito à redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no

## AMAPARI ENERGIA S.A.

lucro da exploração em 75% do valor apurado de IRPJ. Conforme o decreto 1.598/07 art. 19, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá a reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo dessa Reserva de Incentivo Fiscal é de R\$ 6.529 (R\$ 6.529 em 2020).

## 14. Despesas por natureza

	2021	2020
<b>Despesas administrativas e gerais</b>		
Despesas ambientais	(93)	(207)
Despesas com aluguéis	-	(10)
Despesas com pessoal	-	(338)
Impostos e contribuições	-	(19)
Material de consumo	(57)	(3)
Seguros administrativos	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(2.057)	(1.535)
Outras	(58)	(185)
	<b>(2.266)</b>	<b>(2.298)</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		
Outras receitas (despesas) operacionais	(121)	(275)
	<b>(121)</b>	<b>(275)</b>
	<b>(2.387)</b>	<b>(2.573)</b>

## 15. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação financeira	2.696	1.384
Outros	50	41
	<b>2.746</b>	<b>1.425</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização de contingência	(4.625)	-
Outros	(187)	(96)
	<b>(4.812)</b>	<b>(96)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.066)</b>	<b>1.329</b>

\* \* \*

Antonio Maria Amorim Barra  
**Diretor Técnico**

Ewerton de Barros Meireles  
**Diretor Administrativo-Financeiro**

**Controller**  
Ana Paula Alves do Nascimento  
CRC-RJ 086983/O-0

**Contador**  
Bruno Campelo de Azevedo  
CRC-RJ 106648/O-9

\* \* \*